



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Lei n.º 72/XIV

Exposição de Motivos

O Programa do XXII Governo Constitucional estabelece como objetivo proceder a uma revisão global e integrada da legislação aplicável às fundações e às entidades com estatuto de utilidade pública, de modo a valorizar as iniciativas filantrópica ou de âmbito comunitário, reconhecendo o papel essencial que estas instituições desempenham no nosso tecido social, combatendo o estigma que se gerou contra elas e reforçando os instrumentos de fiscalização da sua atividade, para garantir que não se desviam dos fins para os quais foram criadas nem prosseguem intuítos fraudulentos.

O regime legal em vigor consta do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, na sua redação atual. Não tendo sofrido verdadeiras alterações de fundo, o mesmo encontra-se inevitavelmente datado e carece de uma profunda modernização.

Justifica-se plenamente, por isso, que se proceda a uma reforma global do regime jurídico-público das pessoas coletivas de utilidade pública, que reúna diplomas e preceitos extravagantes e que clarifique e uniformize os requisitos e efeitos do estatuto de utilidade pública, bem como as causas da sua cessação, da mesma forma que implemente um regime de fiscalização do cumprimento das obrigações que do mesmo resultam para as entidades a quem o estatuto seja atribuído.

O regime que o Governo propõe visa consolidar, num só ato legislativo, o regime jurídico



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

aplicável às pessoas coletivas de utilidade pública, pondo fim à dispersão legislativa hoje vigente e revogando, com esse objetivo, vários atos legislativos.

Com efeito, revoga-se todas as disposições legais avulsas constantes de atos legislativos que disciplinam tipos específicos de pessoas coletivas privadas, centralizando todas as referências ao estatuto de utilidade pública num só diploma. Nesta medida, reduz-se o estatuto de utilidade pública à unidade, sistematizando – sem prejudicar a situação jurídica de qualquer das entidades em questão – os diferentes tipos de regime de utilidade pública que vigoram no ordenamento jurídico nacional.

Nesse mesmo sentido, revoga-se os artigos 416.^o a 454.^o do Código Administrativo de 1940, eliminando a categoria das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e prevendo que a lei-quadro aprovada em anexo à presente lei é aplicável às pessoas coletivas que atualmente gozam desse estatuto por via legal, apenas no que respeita aos direitos e benefícios, e, na totalidade, às pessoas coletivas a quem esse estatuto foi atribuído administrativamente.

No que respeita às pessoas coletivas que atualmente gozam do estatuto de utilidade pública por via legal, a lei-quadro aprovada em anexo à presente lei em nada prejudica esse estatuto, mas distingue entre aquelas que se integram num tipo específico de pessoa coletiva, sendo o estatuto de utilidade pública atribuído por lei a esse tipo, e aquelas cujo estatuto foi atribuído por lei, a título individual. Enquanto às primeiras serão aplicáveis tanto os direitos e benefícios como os deveres previstos na lei-quadro, com respeito pelo seu regime próprio e sem duplicação de deveres, às segundas apenas será aplicável o disposto sobre os direitos e benefícios.

Em acréscimo, e tal como no regime anterior, prevê-se expressamente que as pessoas coletivas



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

que beneficiam do estatuto de utilidade pública por via legal não podem requerer a sua atribuição por via administrativa, por inutilidade do pedido.

Quanto às pessoas coletivas que atualmente, por força de regimes jurídicos especiais, beneficiam dos direitos previstos para as pessoas coletivas de utilidade pública, sem, contudo, beneficiarem do próprio estatuto, prevê-se que a lei-quadro aprovada em anexo à presente lei lhes é aplicável, apenas no que respeita aos direitos e benefícios. Adicionalmente, prevê-se a possibilidade de essas pessoas coletivas requererem a atribuição do estatuto nos termos gerais, isto é, por via administrativa, o que não era possível ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, na sua redação atual, por se reconhecer que pode haver interesse efetivo naquela atribuição por razões reputacionais.

O presente regime visa também clarificar e apurar requisitos, bem como simplificar e desmaterializar procedimentos administrativos, que seguem, nos termos gerais, o Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual. Neste sentido, é criada uma funcionalidade no ePortugal.gov.pt que permite gerir os pedidos de atribuição, gestão, renovação e cessação do estatuto de utilidade pública, bem como divulgar informação pública e produzir informação estatística sobre todas as entidades a quem seja atribuído estatuto de utilidade pública.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Implementa-se, inovatoriamente, através da presente proposta de lei, um regime de acompanhamento da atividade e de fiscalização do cumprimento dos deveres e as correspondentes sanções para o incumprimento das obrigações que impendem sobre as pessoas coletivas que tenham o estatuto de utilidade pública.

Foi promovida a consulta pública da presente proposta de lei entre 24 de outubro e 24 de novembro de 2020.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio da região autónoma da Madeira, o Conselho Consultivo das Fundações, o Centro Português das Fundações, o Conselho Nacional de Juventude, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias, a Liga dos Bombeiros Portugueses, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, a União Geral de Trabalhadores, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, a Confederação da Indústria Portuguesa, a Confederação do Turismo Português, a CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, a União das Mutualidades, a União das Misericórdias, a Associação Portuguesa de Mutualidades, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, a Associação Nacional de Escolas Profissionais, a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado, a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, o Instituto Marquês de Valle Flôr, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Amélia da Silva de Melo, o Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado, a Academia das Ciências de Lisboa, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Fundação Arpad Szénes – Vieira da Silva, a Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – coleção Berardo, a Fundação Museu do Douro, a Cruz Vermelha



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Portuguesa, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada.

Foi promovida a audição dos órgãos de governo próprio da região autónoma dos Açores, da Federação Nacional de Associações Juvenis, da Confederação dos Agricultores Portugueses, do Conselho para as Migrações, do Conselho Nacional do Consumo, da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, da Fundação Edgar Cardoso, da Fundação de Serralves, da Fundação Escola Portuguesa de Macau, da Fundação Centro Cultural de Belém, da Fundação Aga Khan, Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco, da Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado, da Fundação Casa da Música, da Fundação Martins Sarmento, da Fundação Inatel, da Fundação Mata do Buçaco e da Startup Portugal – Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo.

Atenta a matéria, em sede do procedimento legislativo a decorrer na Assembleia da República, deve ser ouvido Conselho Superior do Ministério Público.

Assim:

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

Artigo 1.º

Objeto



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

1 - A presente lei aprova a lei-quadro do estatuto de utilidade pública.

2 - A presente lei procede, ainda:

- a) À segunda alteração à Lei n.º 35/98, de 18 de julho, alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente;
- b) À décima primeira alteração ao Código do Imposto do Selo (Código do Imposto do Selo), aprovado em anexo à Lei n.º 150/99, de 11 de setembro;
- c) À primeira alteração à Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, que define o regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros;
- d) À terceira alteração à Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, que regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos;
- e) À primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/82, de 11 de janeiro, que define o Regime Jurídico das Casas do Povo;
- f) À segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 312/95 de 24 de novembro, que cria os centros tecnológicos e aprova a sua estrutura orgânica;
- g) À décima alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, na sua redação atual;
- h) À terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 244/92, de 29 de outubro, alterado pelos



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decretos-Leis n.ºs 81/2000, de 10 de maio, e 154/2017, de 28 de dezembro, que estabelece as normas para o reconhecimento de associações empresariais como câmaras de comércio e indústria;

- i) À terceira alteração ao Código do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (Código do IMT), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual;
- j) À primeira alteração ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro;
- k) À segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, alterado pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.

Artigo 2.º

Aprovação da lei-quadro do estatuto de utilidade pública

É aprovada em anexo à presente lei e da qual faz parte integrante, a lei-quadro do estatuto de utilidade pública.

Artigo 3.º

Confirmação do interesse na manutenção do estatuto de utilidade pública

- 1 - As pessoas coletivas a quem tenha sido atribuído o estatuto de utilidade pública ou o estatuto de utilidade pública administrativa por meio de ato administrativo devem comunicar à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros o interesse em



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

mantê-lo de acordo com o seguinte calendário:

- a) Até 31 de dezembro de 2023 para as pessoas coletivas privadas a quem o estatuto tenha sido atribuído até 31 de dezembro de 1980;
 - b) Até 31 de dezembro de 2024 para as pessoas coletivas privadas a quem o estatuto tenha sido atribuído entre 1 de janeiro de 1981 e 31 de dezembro de 1990;
 - c) Até 31 de dezembro de 2025 para as pessoas coletivas privadas a quem o estatuto tenha sido atribuído entre 1 de janeiro de 1991 e 31 de dezembro de 2000;
 - d) Até 31 de dezembro de 2026 para as pessoas coletivas privadas a quem o estatuto tenha sido atribuído entre 1 de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2010;
 - e) Até 31 de dezembro de 2027 para as pessoas coletivas privadas a quem o estatuto tenha sido atribuído entre 1 de janeiro de 2011 e a data de entrada em vigor da presente lei.
- 2 - O disposto no número anterior não é aplicável às fundações constituídas segundo o direito privado a quem tenha sido atribuído o estatuto de utilidade pública por meio de ato administrativo, cujo estatuto apenas cessa nos termos gerais.
 - 3 - A comunicação prevista no n.º 1 efetua-se através do portal ePortugal.gov.pt.
 - 4 - O estatuto de utilidade pública das pessoas coletivas que procedam à comunicação prevista no n.º 1 tem a duração de oito anos a contar a partir da mesma.
 - 5 - Na ausência da comunicação prevista no n.º 1, nos prazos fixados, o estatuto de utilidade pública caduca.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 4.º

Registro

- 1 - Caso se encontre registada, no registo de fundações, a concessão ou renovação do estatuto de utilidade pública, essa inscrição deve ser cancelada, oficiosa e gratuitamente, com a entrada em vigor da presente lei, com fundamento na não sujeição do facto a registo.
- 2 - No caso de caducidade do estatuto de utilidade pública, nos termos do n.º 5 do artigo anterior, a inscrição de cancelamento do registo comercial da associação em causa é promovida oficiosa e gratuitamente, com fundamento na perda do estatuto, sem prejuízo da manutenção da sua inscrição no ficheiro central de pessoas coletivas.
- 3 - Para efeitos do disposto no número anterior, a comunicação do respetivo facto ou ato aos serviços de registo é efetuada através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública, nos termos a definir por protocolo a celebrar entre a Agência para a Modernização Administrativa, I. P., e o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P..

Artigo 5.º

Alteração à Lei n.º 35/98, de 18 de julho

O artigo 14.º da Lei n.º 35/98, de 18 de julho, na sua redação atual, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 14.º

[...]



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - Uma quota equivalente a 0,5 % do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, liquidado com base nas declarações anuais, pode ser destinada pelo contribuinte, para fins ambientais, a uma entidade referida no artigo 1.º à qual tenha sido atribuído o estatuto de utilidade pública, através da indicação dessa entidade na declaração de rendimentos, e desde que essa entidade tenha requerido o respetivo benefício fiscal.
- 6 - [...].
- 7 - [...].
- 8 - [...].
- 9 - [...].
- 10 - [...].
- 11 - [...].
- 12 - [...].
- 13 - [...].
- 14 - [...].»

Artigo 6.º



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Alteração ao Código do Imposto de Selo

O artigo 6.º do Código do Imposto do Selo, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 6.º

[...]

[...]:

- a) [...];
- b) [...];
- c) As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública;
- d) [...];
- e) [...].»

Artigo 7.º

Alteração à Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto

O artigo 34.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 34.º

[...]

- 1 - As associações, as federações e a Liga dos Bombeiros Portugueses beneficiam de isenções e benefícios fiscais nos termos da lei.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

2 - [...].»

Artigo 8.º

Alteração à Lei n.º 26/2015, de 14 de abril

O artigo 38.º da Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na sua redação atual, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 38.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - As entidades de gestão coletiva devem ainda estabelecer tarifas e tarifários especiais com montantes especialmente reduzidos, aplicáveis a pessoas coletivas que prossigam fins não lucrativos e não comerciais, quando as respetivas atividades ou eventos se realizem em local de acesso livre e gratuito, ou, ainda que o acesso à atividade ou evento em causa seja condicionado à aquisição onerosa de títulos de ingresso, quando a receita obtida com a venda dos títulos de ingresso se destine a financiar diretamente atividades concretas e especificadas de caráter social, humanitário ou de socorro, e a atividade ou evento seja como tal divulgado ou publicitado.»



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 9.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 4/82, de 11 de janeiro

O artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 4/82, de 11 de janeiro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

[...]

- 1 - As Casas do Povo são associações constituídas por tempo indeterminado com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades, especialmente as do meio rural.
- 2 - [...].»

Artigo 10.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de agosto

O artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de agosto, na sua redação atual, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 4 - Nos termos do presente diploma, os centros são pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos, com autonomia técnica e financeira e património próprio.»

Artigo 11.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

O artigo 10.º do Código do IRC, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 10.º

Pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública e de solidariedade social

1 - [...]:

- a) [Revogada];
- b) [...];
- c) As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.

2 - [...].

3 - [...]:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram a isenção;
- b) [...];



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- c) [...].
- 4 - [...].
- 5 - [...].»

Artigo 12.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 244/92, de 29 de outubro

Os artigos 1.º, 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 244/92, de 29 de outubro, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

[...]

As câmaras de comércio e indústria são associações empresariais de direito privado que, pelo grau de representatividade, implantação territorial, estruturas materiais e humanas e prévia atribuição do estatuto de utilidade pública, como tal sejam reconhecidas, nos termos do presente diploma.

Artigo 7.º

[...]

- 1 - [...]:
 - a) [...];
 - b) [...];



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- c) [...];
- d) [...];
- e) [...];
- f) [...];
- g) Estatuto de utilidade pública da associação.

2 - [...].

Artigo 8.º

[...]

1 - O pedido de reconhecimento deve ser dirigido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas do comércio e da indústria e remetido a um dos gabinetes, acompanhado dos seguintes elementos:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...];
- e) Documento comprovativo da atribuição do estatuto de utilidade pública.

2 - [...].»



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 13.º

Alteração ao Código do IMT

O artigo 6.º do Código do IMT, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 6.º

[...]

[...]:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública, quanto aos bens destinados, direta e imediatamente, à realização dos seus fins estatutários;
- e) [...];
- f) [...];
- g) [...];
- h) [...];
- i) [...];
- j) [...];
- l) [...];



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

m) [...]»

Artigo 14.º

Alteração ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior

O artigo 32.º do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 32.º

[...]

- 1 - A autorização de funcionamento de uma escola particular especifica a denominação da escola, as modalidades e níveis de educação e formação, os edifícios e localidades onde é ministrado, o nome da entidade requerente e o diretor pedagógico ou presidente da direção pedagógica, bem como a lotação global.
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - [...].
- 6 - [...].



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

7 - [...].

8 - [...].»

Artigo 15.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho

O artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 63.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - Comprovando-se as irregularidades referidas no número anterior cessam de imediato os benefícios previstos no artigo 56.º.»

Artigo 16.º

Norma transitória

1 - Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3, ficam sujeitas ao disposto na lei-quadro do estatuto de utilidade pública, aprovada em anexo à presente lei, as pessoas coletivas a que, à data de entrada em vigor da presente lei, tenha sido reconhecida, através de procedimento administrativo, utilidade pública ou utilidade pública administrativa, que



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

passam a ser consideradas pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública.

- 2 - As normas da lei-quadro do estatuto de utilidade pública, aprovada em anexo à presente lei, não se aplicam aos procedimentos de atribuição, de renovação e de revogação do estatuto de utilidade pública que se encontrem pendentes à data da sua entrada em vigor, à exceção do disposto no seu artigo 15.º.

- 3 - As pessoas coletivas classificadas como de utilidade pública administrativa à data da entrada em vigor da presente lei mantêm a isenção automática de IRC sem necessidade de reconhecimento pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

- 4 - Mantém-se a possibilidade de requerer registos sobre associações, nos termos do Decreto-Lei n.º 57/78, de 1 de abril, que, à data de entrada em vigor da presente lei, se mostrem inscritas no registo comercial, enquanto mantiverem o estatuto de utilidade pública.

Artigo 17.º

Referências legais

Todas as referências legais ao Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, na sua redação atual, devem considerar-se feitas à lei-quadro aprovada em anexo à presente lei, com as necessárias adaptações.

Artigo 18.º

Norma revogatória

São revogados:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- a) O n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 9/79, de 19 de março, relativa às bases do ensino particular e cooperativo;
- b) O artigo 2.º da Lei n.º 123/97, de 13 de novembro;
- c) Os artigos 4.º e 12.º da Lei n.º 35/98, de 18 de julho, na sua redação atual;
- d) O artigo 12.º da Lei n.º 66/98, de 14 de outubro;
- e) A alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, na sua redação atual;
- f) A alínea a) do artigo 10.º da Lei n.º 127/99, de 20 de agosto, na sua redação atual;
- g) A Lei n.º 151/99, de 14 de setembro, na sua redação atual;
- h) O n.º 2 do artigo 1.º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º da Lei n.º 158/99, de 14 de setembro;
- i) O n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;
- j) A alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, na sua redação atual;
- k) O artigo 3.º e o n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto;
- l) O n.º 3 do artigo 33.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro;
- m) O n.º 3 do artigo 10.º e os artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, na sua redação atual;
- n) O artigo 15.º da Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na sua redação atual;
- o) Os títulos VIII e IX da Parte I do Código Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de dezembro de 1940;
- p) O Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, na sua redação atual;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- q) O Decreto-Lei n.º 57/78, de 1 de abril, exceto para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 16.º;
- r) O Decreto-Lei n.º 425/79, de 25 de outubro;
- s) O Decreto-Lei n.º 52/80, de 26 de março;
- t) O artigo 8.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, na sua redação atual;
- u) O n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 106/88, de 31 de janeiro;
- v) A alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, na sua redação atual;
- w) O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 88/99, de 19 de março, na sua redação atual;
- x) A alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, na sua redação atual;
- y) O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 348/2007, de 19 de outubro;
- z) O Decreto-Lei n.º 213/2008, de 10 de novembro;
- aa) O artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho;
- bb) O artigo 33.º do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro;
- cc) O artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, na redação atual;
- dd) O artigo 26.º do Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

n.º 59/2018, de 2 de agosto, na sua redação atual;

- ee) A alínea b) do artigo 2.º, o artigo 10.º, o n.º 5 do artigo 16.º e a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regime do Registo de Fundações, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 157/2019, de 22 de outubro.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor a 1 de julho de 2021.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de janeiro de 2021

O Primeiro-Ministro

O Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

LEI-QUADRO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei-quadro estabelece o regime jurídico aplicável ao estatuto de utilidade pública.

Artigo 2.º

Âmbito pessoal de aplicação

Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, a presente lei-quadro é aplicável:

- a) Às pessoas coletivas referidas no n.º 1 do artigo 4.º que revistam uma das formas jurídicas referidas no n.º 1 do artigo 5.º;
- b) Às representações permanentes em Portugal de pessoas coletivas estrangeiras;
- c) Às representações permanentes em Portugal de organizações internacionais que desenvolvam os seus fins em território nacional, sem prejuízo do disposto pelo direito internacional aplicável.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 3.º

Extensão do âmbito pessoal de aplicação

- 1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte e na alínea a) do n.º 3, às pessoas coletivas constantes do anexo I à presente lei-quadro e da qual faz parte integrante, que gozam do estatuto de utilidade pública, sem necessidade de atribuição administrativa do mesmo, é apenas aplicável o disposto no capítulo II, exceto no que respeita à alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º, no artigo 19.º e no capítulo V, exceto no que respeita à revogação do estatuto.
- 2 - A aplicação do disposto nos capítulos II e V nos termos do número anterior não dá lugar, em caso algum, a perda de direitos ou a duplicação de obrigações, prevalecendo, em caso de sobreposição, o regime especial aplicável a cada uma das entidades abrangidas pelo anexo I à presente lei-quadro.
- 3 - Apenas o disposto no artigo 11.º é aplicável:
 - a) Às pessoas coletivas constantes da alínea a) do anexo I à presente lei-quadro;
 - b) Às pessoas coletivas constantes do anexo II à presente lei-quadro e da qual faz parte integrante, sem necessidade de atribuição do estatuto de utilidade pública, exceto no que respeita ao direito previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º;
 - c) Às pessoas coletivas constantes do anexo III à presente lei-quadro e da qual faz parte



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

integrante, sem prejuízo do disposto nos respectivos regimes, no que for mais favorável, bem como a quaisquer outras pessoas coletivas que por lei sejam qualificadas como pessoas coletivas de utilidade pública administrativa.

- 4 - As pessoas coletivas abrangidas pela alínea b) do número anterior podem requerer a atribuição do estatuto de utilidade pública nos termos gerais.
- 5 - As pessoas coletivas abrangidas pelo n.º 1 e pelas alíneas a) e c) do n.º 3 não podem requerer a atribuição do estatuto de utilidade pública nos termos gerais.

Artigo 4.º

Fins de utilidade pública

- 1 - O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a Administração central, regional ou local.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se fins relevantes para atribuição do estatuto de utilidade pública:
 - a) Aqueles que se traduzam no benefício da sociedade em geral, ou de uma ou mais categorias de pessoas distintas dos seus associados, fundadores ou cooperadores, ou de pessoas com eles relacionadas, e que se compreendam em algum dos setores referidos no número seguinte; ou
 - b) No caso das associações e das cooperativas:
 - i) Aqueles que se traduzam primariamente, mas não exclusivamente, no benefício dos seus associados ou cooperadores, desde que se compreendam em algum dos setores referidos no número seguinte e quanto às quais esteja verificado o



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

número mínimo de associados ou de cooperadores determinado no artigo 6.º;

- ii) Aqueles que se traduzam no benefício dos seus associados ou cooperadores, quando estes sejam pessoas coletivas, e desde que a atividade dos seus associados ou cooperadores se compreenda em algum dos setores referidos no número seguinte.

3 - As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública, na prossecução dos seus fins, devem atuar em algum dos seguintes setores:

- a) Histórico, artístico ou cultural;
- b) Desporto;
- c) Desenvolvimento local;
- d) Solidariedade social;
- e) Ensino ou educação;
- f) Cidadania, igualdade e não discriminação, defesa dos direitos humanos ou apoio humanitário;
- g) Saúde;
- h) Proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e extinção de incêndios;
- i) Investigação científica, divulgação científica ou desenvolvimento tecnológico;
- j) Empreendedorismo, inovação ou desenvolvimento económico e social;
- k) Emprego ou proteção da profissão;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- l) Ambiente ou património natural;
 - m) Bem-estar animal;
 - n) Habitação;
 - o) Proteção do consumidor;
 - p) Proteção de crianças, jovens, idosos ou outras pessoas em situação de vulnerabilidade, física, psicológica, social ou económica.
- 4 - O estatuto de utilidade pública não pode ser atribuído a pessoas coletivas que, na prossecução dos seus fins, atuem predominantemente, ainda que não de forma exclusiva, em algum dos seguintes setores:
- a) Político-partidário, incluindo movimentos políticos;
 - b) Sindical;
 - c) Religioso, de culto ou de crença, incluindo a divulgação de doutrinas e filosofias de vida.

Artigo 5.º

Formas jurídicas

- 1 - O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído a pessoas coletivas que revistam uma das seguintes formas jurídicas:
- a) Associações constituídas segundo o direito privado;
 - b) Fundações constituídas segundo o direito privado;
 - c) Cooperativas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 2 - Não obsta à atribuição do estatuto de utilidade pública a uma pessoa coletiva o facto de ter sido instituída ou de nela participarem, isolada ou conjuntamente, pessoas coletivas públicas, ou de estas exercerem sobre aquela, isolada ou conjuntamente, influência dominante.

Artigo 6.º

Número mínimo de membros

Nos casos em que se aplique o disposto na subalínea i) da alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º, as associações e as cooperativas devem reunir, respetivamente, um número de associados ou de cooperadores que exceda o dobro do número de membros que exerçam cargos nos órgãos sociais para que lhes possa ser atribuído o estatuto de utilidade pública.

Artigo 7.º

Representações permanentes de pessoas coletivas estrangeiras

- 1 - As pessoas coletivas estrangeiras sem fins lucrativos criadas ao abrigo de uma lei diferente da portuguesa que pretendam prosseguir de forma estável em Portugal os seus fins devem ter uma representação permanente em território português, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regime Jurídico do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de maio, na sua redação atual.
- 2 - A atribuição do estatuto de utilidade pública à representação permanente de uma pessoa coletiva estrangeira depende da verificação dos requisitos fixados na presente lei-quadro para as pessoas coletivas portuguesas.
- 3 - Os benefícios decorrentes do estatuto de utilidade pública das representações



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

permanentes de pessoas coletivas estrangeiras aplicam-se exclusivamente às atividades desenvolvidas em Portugal.

- 4 - As representações permanentes de pessoas coletivas estrangeiras com estatuto de utilidade pública têm os mesmos direitos e estão sujeitas aos mesmos deveres que as pessoas coletivas de utilidade pública portuguesas.

Artigo 8.º

Requisitos para a atribuição do estatuto de utilidade pública

- 1 - Pode ser atribuído o estatuto de utilidade pública às pessoas coletivas que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Revistam uma das formas jurídicas previstas no artigo 5.º;
 - b) Prossigam fins de interesse geral, regional ou local, nos termos do artigo 4.º, e no âmbito de algum dos setores aí referidos, devendo os respetivos estatutos especificar esses fins;
 - c) Comprovem cooperar com a Administração central, regional ou local de forma regular e duradoura, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º;
 - d) Reúnam, quando aplicável, o número mínimo de associados ou de cooperadores, calculado nos termos do artigo 6.º;
 - e) Tratando-se de associações ou de cooperativas, não consagrem qualquer critério discriminatório para a admissão dos seus membros, salvo quando respeitar a condições de acesso ou de admissão com expressa previsão legal ou quando,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

constando de norma estatutária válida, for justificado em função dos fins prosseguidos pela associação ou cooperativa;

- f) Observem os princípios referidos no artigo seguinte, estejam regularmente constituídas, regendo-se por estatutos elaborados em conformidade com a lei, e reúnam os requisitos contidos em regime jurídico que lhes seja especificamente aplicável;
 - g) Exerçam atividade efetiva, nos termos do artigo 4.º, há pelo menos três anos;
 - h) Disponham de pessoal, infraestruturas, instalações e equipamentos, próprios, contratados ou voluntários, necessários para assegurar a prossecução dos seus fins e para as atividades que se propõem realizar;
 - i) Detenham um registo nominal atualizado dos respetivos associados ou cooperadores, quando seja aplicável o disposto no artigo 6.º;
 - j) Tenham uma página pública na Internet, acessível de forma irrestrita, onde sejam disponibilizados os relatórios de atividades e de contas dos últimos três anos, a lista atualizada dos titulares dos órgãos sociais e os textos atualizados dos estatutos e dos regulamentos internos;
 - k) Tenham contabilidade organizada ou de caixa nos termos do regime contabilístico do setor não lucrativo, do Sistema de Normalização Contabilística ou do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, conforme o regime que lhes seja concretamente aplicável.
- 2 - O prazo referido na alínea g) do número anterior pode ser dispensado pelo órgão competente para a atribuição do estatuto de utilidade pública quando se verifique alguma



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

das seguintes condições relativamente à pessoa coletiva requerente:

- a) Desenvolver atividade de âmbito nacional ou internacional;
 - b) Evidenciar, face às razões da sua existência ou aos fins que visa prosseguir, manifesta relevância social.
- 3 - Em caso de dúvida fundada no que respeita ao requisito previsto na alínea f) do n.º 1, a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) pode solicitar informações ao magistrado do Ministério Público da comarca territorialmente competente.
- 4 - Ainda que se encontrem cumulativamente preenchidos os requisitos elencados nos números anteriores, o estatuto de utilidade pública só pode ser atribuído se a pessoa coletiva requerente não exercer, a título exclusivo ou principal, atividade de produção e venda de bens ou serviços para um mercado ativo e concorrente com a de qualquer ramo de atividade económica, em termos que a atribuição daquele estatuto impeça, falseie ou restrinja, de forma sensível, a concorrência, no todo ou em parte, no mercado relevante correspondente.

Artigo 9.º

Princípios

As pessoas coletivas a quem seja atribuído o estatuto de utilidade pública atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os princípios orientadores que integram a Lei de Bases da Economia Social, aprovada pela Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, sem prejuízo dos princípios



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

específicos que lhes sejam aplicáveis em razão da sua natureza.

Artigo 10.º

Independência e autonomia

As pessoas coletivas a quem seja atribuído o estatuto de utilidade pública têm o direito de livremente elaborar, aprovar e modificar os seus estatutos, eleger os seus órgãos sociais, aprovar os seus planos de atividades e administrar o seu património, sem prejuízo das competências de acompanhamento e fiscalização previstos na presente lei-quadro ou em disposições que lhes sejam especificamente aplicáveis.

CAPÍTULO II

Estatuto de utilidade pública

Artigo 11.º

Direitos e benefícios

1 - As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública gozam dos seguintes direitos e benefícios:

- a) Direito ao uso da menção «Pessoa coletiva com estatuto de utilidade pública» ou, abreviadamente, «EUP», após a respetiva denominação social, sem que a mesma faça parte integrante desta;
- b) Isenções tributárias, reconhecidas e atribuídas nos termos e condições da legislação respetiva, designadamente:
 - i) Imposto do selo;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- ii) Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e imposto municipal sobre imóveis, no que respeita a bens imóveis destinados direta e imediatamente à realização dos fins estatutários da pessoa coletiva com estatuto de utilidade pública;
 - iii) Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas;
 - iv) Custas processuais;
 - v) Taxa de exploração da Direção-Geral de Energia e Geologia e contribuição para o audiovisual, no que respeita a bens imóveis destinados à realização dos fins estatutários da pessoa coletiva;
 - vi) Taxas associadas a espetáculos e eventos públicos promovidos pela pessoa coletiva com estatuto de utilidade pública, desde que tal não impeça, falseie ou restrinja, de forma sensível, a concorrência, no todo ou em parte, no mercado relevante correspondente;
 - vii) Taxa pela publicação das alterações aos respetivos estatutos no sítio na Internet de acesso público onde são feitas as publicações obrigatórias previstas na lei;
- c) Tarifas e tarifários especiais, nos termos e condições da legislação respetiva, designadamente:
- i) Tarifas transitórias aplicáveis aos fornecimentos de eletricidade praticadas pelo comercializador de último recurso, no que respeita a bens imóveis destinados à realização dos fins estatutários da pessoa coletiva;
 - ii) Tarifa especial nos transportes públicos de passageiros operados por entidades que integrem o setor público empresarial ou a quem tenha sido concessionada



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

a exploração do serviço de transporte, nos termos que vierem a ser definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área das infraestruturas e da habitação, para os titulares dos órgãos sociais da pessoa coletiva com estatuto de utilidade pública;

iii) Tarifas ou tarifários especialmente reduzidos, a aplicar pelas entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, nos termos do n.º 5 do artigo 38.º da Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na sua redação atual.

d) Outros direitos e benefícios previstos na lei ou em regulamento.

2 - Nos termos e condições previstos no Código das Expropriações, aprovado em anexo à Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, pode ser declarada a utilidade pública, com caráter de urgência, das expropriações necessárias para que as pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública prossigam os seus fins estatutários.

Artigo 12.º

Deveres

1 - As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública têm o dever de:

a) Manter o preenchimento dos requisitos necessários para a atribuição do estatuto de utilidade pública, nos termos previstos no artigo 8.º;

b) Comunicar anualmente à SGPCM as contas do exercício, bem como os demais documentos de prestação de contas previstos na lei relativos a cada exercício anual,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- no prazo de seis meses a contar da data do encerramento desse exercício;
- c) Apresentar à SGPCM um relatório das atividades realizadas no exercício anual referido na alínea anterior, estabelecendo uma articulação com os fins de interesse geral, regional ou local que prosseguem, no prazo referido na alínea anterior;
 - d) Tratando-se de associações ou cooperativas às quais seja aplicável o disposto no artigo 6.º, comunicar anualmente à SGPCM o seu número de associados ou cooperadores, no prazo referido na alínea b);
 - e) Disponibilizar permanentemente na sua página pública a lista dos titulares dos órgãos sociais em funções, com indicação do início e do termo dos respetivos mandatos;
 - f) Dar conhecimento à SGPCM das alterações aos estatutos ou regulamentos internos, no prazo de três meses após a correspondente alteração;

 - g) Manter registos, incluindo documentos contabilísticos, e conservar os originais dos contratos e demais atos jurídicos e documentos durante, no mínimo, cinco anos, que comprovem que a pessoa coletiva com estatuto de utilidade pública reúne os requisitos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 8.º;
 - h) Prestar todas as informações e disponibilizar todos os documentos solicitados por quaisquer entidades públicas com competências para o efeito e colaborar com as entidades competentes para o acompanhamento da atividade e fiscalização do cumprimento dos deveres pela pessoa coletiva com estatuto de utilidade pública;
 - i) Colaborar com a Administração central, regional e local na prestação de serviços ao seu



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

alcance e, mediante acordo, na cedência das suas instalações para a realização de atividades afins.

- 2 - O disposto no número anterior não prejudica a aplicação, às fundações com estatuto de utilidade pública, do disposto nos artigos 9.º a 11.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada em anexo à Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, na sua redação atual.

CAPÍTULO III

Procedimentos administrativos de atribuição, renovação e cessação do estatuto de utilidade pública

Artigo 13.º

Competência

- 1 - Compete ao Primeiro-Ministro, com faculdade de delegação:
 - a) A atribuição, a renovação e a revogação do estatuto de utilidade pública;
 - b) A atribuição, a renovação e a revogação do estatuto de utilidade pública das representações permanentes de pessoas coletivas estrangeiras;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- c) A atribuição, a renovação e a revogação do estatuto de utilidade pública das representações permanentes em Portugal de organizações internacionais que desenvolvam os seus fins em território nacional.
- 2 - Compete à SGPCM a instrução dos pedidos de atribuição e renovação do estatuto de utilidade pública ao abrigo do número anterior.
 - 3 - Compete aos governos regionais a atribuição, a renovação e a revogação do estatuto de utilidade pública de pessoas coletivas que exerçam a sua atividade em exclusivo na respetiva região autónoma.

Artigo 14.º

Procedimento de atribuição

- 1 - O procedimento administrativo de atribuição do estatuto de utilidade pública é regulado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Presidência do Conselho de Ministros, nos termos dos números seguintes.
- 2 - A atribuição do estatuto de utilidade pública depende de iniciativa particular.
- 3 - As entidades que requeiram estatuto de utilidade pública podem juntar um parecer circunstanciado e fundamentado de uma entidade pública com atribuições no setor de atividade em que se enquadrem os fins principais da requerente.
- 4 - O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de o órgão instrutor solicitar



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

os pareceres que considerar necessários a entidades públicas ou privadas durante a fase de instrução.

- 5 - A fase da instrução deve prever um despacho de convite ao aperfeiçoamento e um despacho de indeferimento liminar, ambos da competência do órgão instrutor.
- 6 - Caso o procedimento cesse por indeferimento liminar, o requerente só pode voltar a requerer a atribuição do estatuto de utilidade pública passado um ano da decisão de indeferimento.

Artigo 15.º

Duração do estatuto

- 1 - O estatuto de utilidade pública é atribuído por oito anos.
- 2 - Em casos excepcionais, mediante pedido devidamente fundamentado do requerente, a duração do estatuto pode ser atribuída por até 15 anos, em função da duração de determinado projeto específico a cargo do requerente ou quando assim o determinem o excepcional impacto e relevo sociais das atividades de interesse geral prosseguidas pelo requerente.

Artigo 16.º

Procedimento de renovação

- 1 - O estatuto de utilidade pública é suscetível de renovações sucessivas e por iguais períodos.
- 2 - O procedimento administrativo de renovação do estatuto de utilidade pública é regulado pela portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º, nos termos dos números seguintes.
- 3 - O pedido de renovação do estatuto de utilidade pública deve ser apresentado entre um



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- ano e seis meses antes do respetivo termo.
- 4 - Caso o pedido não seja apresentado com a antecedência prevista no número anterior, o estatuto caduca, uma vez decorrido o seu prazo de duração, e o requerente fica sujeito ao regime do procedimento de atribuição do estatuto de utilidade pública.
 - 5 - A fase da instrução deve prever um despacho de convite ao aperfeiçoamento e um despacho de indeferimento liminar, ambos da competência do órgão instrutor.

 - 6 - Quando o pedido referido no n.º 2 não tiver decisão final no prazo previsto no artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, ocorre deferimento tácito do mesmo, tendo o estatuto de utilidade pública duração idêntica ao do imediatamente anterior.

Artigo 17.º

Cessação do estatuto

- 1 - Sem prejuízo do disposto no capítulo IV, o estatuto de utilidade pública cessa:
 - a) Com a extinção da pessoa coletiva a quem tenha sido atribuído;
 - b) Por caducidade, decorridos os prazos referidos no artigo 15.º;
 - c) Por revogação.
- 2 - Constituem fundamentos suscetíveis de determinar a revogação do estatuto de utilidade



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

pública:

- a) O não preenchimento superveniente, por parte da pessoa coletiva, de algum dos requisitos para a atribuição do estatuto de utilidade pública referidos no artigo 8.º;
 - b) A violação grave ou reiterada dos deveres referidos no artigo 12.º;
 - c) A prestação de falsas declarações.
- 3 - Para efeitos da alínea b) do número anterior, constitui designadamente violação grave o desvio de fins da pessoa coletiva e violação reiterada o incumprimento, em dois anos seguidos ou três interpolados dentro do período total de validade do estatuto de utilidade pública, dos deveres previstos nas alíneas b) a e) do n.º 1 do artigo 12.º.
- 4 - O incumprimento dos deveres previstos nas alíneas b) a e) do n.º 1 do artigo 12.º pode ser sanado mediante apresentação ou disponibilização dos elementos em falta, não contando, nesse caso, para efeitos do disposto no número anterior.
- 5 - As pessoas coletivas cujo estatuto de utilidade pública tenha sido revogado com fundamento na alínea a) do n.º 2 apenas podem voltar a requerer a atribuição do mesmo passado um ano da decisão de revogação.
- 6 - As pessoas coletivas cujo estatuto de utilidade pública tenha sido revogado com fundamento nas alíneas b) ou c) do n.º 2 apenas podem voltar a requerer a atribuição do mesmo passados cinco anos da decisão de revogação.
- 7 - No caso de cessação do estatuto de utilidade pública de uma associação inscrita no registo comercial, é promovida oficiosamente a inscrição de cancelamento do registo comercial da associação em causa, com fundamento na perda do estatuto, sem prejuízo da manutenção da sua inscrição no ficheiro central de pessoas coletivas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 8 - Para efeitos do disposto no número anterior, a comunicação da cessação do estatuto aos serviços de registo é efetuada através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública, nos termos a definir por protocolo a celebrar entre a Agência para a Modernização Administrativa, I. P., e o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P..

Artigo 18.º

Publicidade

- 1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as decisões de atribuição, renovação e cessação do estatuto de utilidade pública são objeto de publicação na 2.ª série do Diário da República.
- 2 - As decisões de atribuição, renovação e cessação do estatuto de utilidade pública de pessoas coletivas que exerçam a sua atividade em exclusivo numa região autónoma são objeto de publicação no jornal oficial da respetiva região autónoma.

Artigo 19.º

Portal do estatuto de utilidade pública

Os procedimentos de atribuição, gestão, renovação e cessação do estatuto de utilidade pública, bem como a divulgação de informação pública e a produção de informação estatística sobre todas as entidades a quem seja atribuído estatuto de utilidade pública são disponibilizados



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

através do portal ePortugal.gov.pt.

Artigo 20.º

Comunicação de informações à Autoridade Tributária e Aduaneira

As informações relativas à atribuição, renovação e revogação do estatuto de utilidade pública, incluindo, designadamente, o nome, número de identificação fiscal, setor de atuação, data de produção de efeitos e duração do estatuto, são transmitidas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Presidência do Conselho de Ministros, das finanças e da modernização do Estado e da Administração Pública.

CAPÍTULO IV

Regimes especiais

Artigo 21.º

Regime aplicável às organizações não governamentais de ambiente

1 - As organizações não governamentais de ambiente (ONGA) carecem de três anos de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- efetiva e relevante atividade e registo ininterrupto junto da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), para requererem a atribuição do estatuto de utilidade pública.
- 2 - Nos termos do n.º 4 do artigo 14.º, deve ser requerido parecer à APA, I. P..
 - 3 - A suspensão ou anulação do registo junto da APA, I. P., determina a cessação do estatuto de utilidade pública.
 - 4 - Não se aplica às ONGA o disposto nas alíneas b), c), d) e i) do n.º 1 do artigo 12.º.

Artigo 22.º

Regime aplicável às associações de utilizadores do domínio público hídrico

- 1 - A atribuição do estatuto de utilidade pública a associações de utilizadores do domínio público hídrico devidamente reconhecidas e registadas nos termos do Decreto-Lei n.º 348/2007, de 19 de outubro, carece de parecer favorável da APA, I. P..
- 2 - A revogação do reconhecimento de uma associação como associação de utilizadores do domínio público hídrico pela APA, I. P., nos termos do Decreto-Lei n.º 348/2007, de 19 de outubro, determina a caducidade da declaração da sua utilidade pública.

CAPÍTULO V

Fiscalização e sanções

Artigo 23.º

Acompanhamento e fiscalização

- 1 - O acompanhamento da atividade e a fiscalização do cumprimento dos deveres referidos



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

no artigo 12.º que impendem sobre as pessoas coletivas a quem tenha sido atribuído estatuto de utilidade pública constitui atribuição da SGPCM, sem prejuízo das competências da Inspeção-Geral de Finanças e em colaboração com esta entidade.

- 2 - O acompanhamento da atividade e a fiscalização do cumprimento dos deveres que impendam sobre as pessoas coletivas a quem tenha sido atribuído estatuto de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, na sua redação atual, ou por meio de ato legislativo constitui também atribuição da SGPCM.
- 3 - As atribuições de acompanhamento e de fiscalização referidas no presente artigo incluem as competências para determinar a realização de inquéritos, sindicâncias, inspeções e auditorias.
- 4 - Para efeitos de acompanhamento da atividade e fiscalização das pessoas coletivas abrangidas pela presente lei-quadro, os mecanismos adequados à articulação, informação e cooperação institucional entre a SGPCM e outros serviços, organismos, entidades e estruturas são, quando aplicável, definidos por portaria dos respetivos membros do Governo a quem caiba o poder de direção, a tutela ou a superintendência, sem prejuízo das respetivas atribuições.

Artigo 24.º

Regime sancionatório

- 1 - As irregularidades apuradas pela SGPCM na sequência de um procedimento de acompanhamento ou de fiscalização da atividade das pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública são notificadas ao órgão competente para a revogação do estatuto de utilidade pública, para efeitos do n.º 2 do artigo 17.º.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 2 - A SGPCM notifica a AT, nos termos a definir pela portaria a que se refere o artigo 20.º, e as demais entidades competentes para que iniciem procedimento com vista à restituição, por parte da pessoa coletiva, das importâncias correspondentes às isenções e benefícios fiscais que lhe foram atribuídos.
- 3 - O disposto nos números anteriores não prejudica qualquer outro tipo de responsabilidade em que a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais possam incorrer.

Artigo 25.º

Contraordenações

- 1 - Constitui contraordenação punível com coima de € 50,00 a € 1 000,00, no caso de pessoas singulares, e de € 500,00 a € 10 000,00, no caso de pessoas coletivas, a utilização de designação de utilidade pública falsa, com o fim de enganar autoridade pública, de obter para si ou para outra pessoa benefício ilegítimo ou de prejudicar interesses de outra pessoa.
- 2 - A tentativa é punível.
- 3 - O produto das coimas aplicadas no âmbito da contraordenação prevista no presente artigo reverte em:
 - a) 50 % para o Estado;
 - b) 50 % para a SGPCM.
- 4 - O produto das coimas aplicadas nas regiões autónomas constitui receita própria das mesmas.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

5 - O disposto nos números anteriores não prejudica qualquer outro tipo de responsabilidade em que a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais possam incorrer.

Artigo 26.º

Instrução dos processos e aplicação das coimas

Compete à SGPCM a instauração e instrução dos processos de contraordenação previstos na presente lei-quadro, bem como a aplicação das correspondentes coimas.

CAPÍTULO VI

Disposição complementar

Artigo 27.º

Referências legais

Todas as referências legais efetuadas nos anexos I e II à presente lei-quadro a atos legislativos avulsos consideram-se feitas a qualquer ato legislativo que lhes suceda, relativamente ao mesmo tipo de entidades.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

ANEXO I

(a que se refere o n.ºs 1, 2 e a alínea *a*) do n.º 3 do artigo 3.º e o artigo 27.º da lei-quadro do estatuto de utilidade pública)

- a) Confederações sindicais e as confederações de empregadores com assento na Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social que não recusem a aplicação dos referidos direitos e benefícios;
- b) Casas do povo, a partir da sua constituição, nos termos do Decreto-Lei n.º 4/82, de 11 de janeiro;
- c) Instituições particulares de solidariedade social registadas nos termos regulamentados pelas respetivas portarias, nos termos do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, na sua redação atual;
- d) Centros tecnológicos, a partir da sua constituição, nos termos do Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de agosto, na sua redação atual;
- e) Associações de imprensa regional legalmente constituídas à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 106/88, de 31 de março;
- f) Câmaras de comércio e indústria reconhecidas nos termos do Decreto-Lei n.º 244/92, de 29 de outubro, na sua redação atual;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- g) Cooperativas de solidariedade social, nos termos da Lei n.º 101/97, de 13 de setembro;
- h) Organizações interprofissionais do setor agroalimentar de âmbito nacional reconhecidas nos termos da Lei n.º 123/97, de 13 de novembro;
- i) Organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento registradas nos termos da Lei n.º 66/98, de 14 de outubro;
- j) Organizações interprofissionais da fileira florestal reconhecidas nos termos da Lei n.º 158/99, de 14 de setembro;
- k) Associações humanitárias de bombeiros, a partir da sua constituição, nos termos da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, bem como as que, tendo sido constituídas anteriormente à entrada em vigor da referida Lei, estão sujeitas ao regime dela constante;
- l) Organizações não governamentais das pessoas com deficiência registradas nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho;
- m) Associações mutualistas registradas nos termos do Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, na sua redação atual.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

ANEXO II

(a que se referem a alínea *b*) do n.º 3 do artigo 3.º e o artigo 27.º da lei-quadro do estatuto de utilidade pública)

- a) Organizações não governamentais do ambiente previstas na Lei n.º 35/98, de 18 de julho, na sua redação atual;
- b) Associações representativas dos imigrantes e seus descendentes previstas na Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, ambos na sua redação atual;
- c) Associações de pessoas com deficiência previstas na Lei n.º 127/99, de 20 de agosto, na sua redação atual;
- d) Estruturas associativas de defesa do património cultural previstas no artigo 10.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;
- e) Associações de jovens previstas na Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, na sua redação atual;
- f) A Liga dos Bombeiros Portugueses e as federações de associações humanitárias de bombeiros previstas na Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- g) Entidades instituidoras de estabelecimentos de ensino superior privados, sem fins lucrativos, previstas no artigo 33.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, relativamente às atividades conexas com a criação e o funcionamento desses estabelecimentos, desde que o interesse público desses estabelecimentos tenha sido reconhecido e não seja revogado nos termos do mesmo artigo;
- h) Escolas particulares e cooperativas que se enquadrem nos objetivos do sistema educativo e formativo português e se encontrem em situação de regular funcionamento, bem como as sociedades, associações ou fundações que tenham como finalidade dominante a criação ou manutenção de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, nos termos do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, que aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior;
- i) Escolas profissionais privadas que se enquadrem nos objetivos do sistema educativo e formativo português e se encontrem em situação de regular funcionamento, bem como às sociedades, associações ou fundações que tenham como finalidade dominante a criação ou manutenção de escolas profissionais, nos termos do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, exceto se comprovadas as irregularidades a que se refere o n.º 3 do artigo 63.º do referido Decreto-Lei;
- j) Entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos constituídas em Portugal e registadas nos termos da Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na sua redação atual;
- k) Associações de mulheres previstas na Lei n.º 107/2015, de 25 de agosto.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

ANEXO III

(a que se refere a alínea *c*) do n.º 3 do artigo 3.º da lei-quadro do estatuto de utilidade pública)

- a) Instituto Marquês da Vale Flor, cujo estatuto de utilidade pública foi atribuído pelo Decreto n.º 38351, de 1 de agosto de 1951;
- b) Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, instituída pelo Decreto-Lei n.º 39190, de 27 de abril de 1953;
- c) Fundação Calouste Gulbenkian, constituída pelo Decreto-Lei n.º 40690, de 18 de julho de 1956;
- d) Fundação Amélia da Silva de Melo, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 45954, de 7 de outubro de 1964;
- e) Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 465/76, de 11 de junho, na sua redação atual;
- f) Academia das Ciências de Lisboa, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/78, de 12 de janeiro, na sua redação atual;
- g) Fundação Edgar Cardoso, instituída pelo Decreto n.º 163/79, de 31 de dezembro;
- h) Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, criada pelo Decreto-Lei n.º 168/85, de 20 de maio, na sua redação atual;
- i) Fundação de Serralves, instituída pelo Decreto-lei n.º 240-A/89, de 27 de julho, na sua redação atual;
- j) Fundação Escola Portuguesa de Macau, criada pelo Decreto-Lei n.º 89-B/98, de 9 de



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

abril;

- k) Universidade Católica Portuguesa, cujo enquadramento foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de abril, na sua redação atual;
- l) Fundação Arpad Szénes – Vieira da Silva, instituída pelo Decreto-Lei n.º 149/90, de 10 de maio;
- m) Fundação Centro Cultural de Belém, criada pelo Decreto-Lei n.º 361/91, de 3 de outubro, na sua redação atual, e renomeada pelo Decreto-Lei n.º 391/99, de 30 de setembro;
- n) Fundação Aga Khan, criada pelo Decreto-Lei n.º 27/96, de 3 de março, na sua redação atual;
- o) Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco, instituída pelo Decreto-Lei n.º 306/2000, de 28 de novembro, na sua redação atual;
- p) Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado, instituída pelo Decreto-Lei n.º 38/2005, de 17 de fevereiro;
- q) Fundação Casa da Música, criada pelo Decreto-Lei n.º 18/2006, de 26 de janeiro;
- r) Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – coleção Berardo, criada pelo Decreto-Lei n.º 164/2006, de 9 de agosto;
- s) Fundação Museu do Douro, criada pelo Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de março, na sua redação atual;
- t) Cruz Vermelha Portuguesa, cujo regime jurídico foi aprovado pelo Decreto-Lei



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

n.º 281/2007, de 7 de agosto;

- u) Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, criada pelo Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro;
- v) Fundação Martins Sarmiento, criada pelo Decreto-Lei n.º 24/2008, de 8 de fevereiro;
- w) Fundação Inatel, instituída pelo Decreto-Lei n.º 106/2008, de 25 de junho;
- x) Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, na sua redação atual;
- y) Fundação Mata do Buçaco, criada pelo Decreto-Lei n.º 120/2009, de 19 de maio, na sua redação atual;
- z) SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, cujo regime foi aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 209/2015, de 25 de setembro;
- aa) Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, cujo estatuto de utilidade pública é atribuído pelo Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril;
- bb) Startup Portugal – Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo, cujo regime jurídico foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 33/2019, de 4 de março.